

FACES ANTAGÔNICAS DA SEGREGAÇÃO ESPACIAL NA CIDADE DE PORTO ALEGRE

Álvaro Luiz Heidrich¹

Resumo

Busca-se refletir sobre dois processos de segregação no espaço urbano metropolitano: a auto-segregação dos condomínios fechados e a ocupação de áreas irregulares. A pesquisa utiliza o arcabouço analítico da Geografia Social, faz levantamento de dados das territorialidades investiga o cotidiano engendrado, com o uso de entrevistas não-diretivas.

O condomínio fechado produz a tendência de negação do espaço público, caracterizada pela introdução da fratura no espaço social, ao mesmo tempo em que se delineia a tendência para a transterritorialidade. Porém, não é uma forma de morar exclusiva das elites, revelando-se a tendência da difusão dessa modalidade de uso do solo urbano, à medida que se reforça como reprodução do capital imobiliário.

As áreas de ocupação irregular se constituem em posses conquistadas, embora reclusas em relação à espacialidade vizinha. São espaços de confinamento, em espacialidades periféricas, explicitadas pela precariedade dos serviços e benefícios da cidade. A ação geradora dessa territorialidade constitui busca de pertencimento à cidade. Ao mesmo tempo em que se faz a ocupação à revelia dos processos regulamentares de produção do espaço urbano, objetiva-se estabelecer vínculos com a cidade.

Cada uma dessas formas constitui face da segregação, uma adequada à reprodução do urbano e outra em luta com ela.

Palavras chave: fratura socioespacial; ocupação irregular; segregação; territorialidades urbanas.

¹ Doutor em Geografia Humana. UFRGS, Brasil. Email: alvaro.heidrich@ufrgs.br

1. Introdução

Este texto expõe um pouco de nossa compreensão sobre o espaço social metropolitano, com base nas situações observadas na cidade de Porto Alegre, uma metrópole do sul do Brasil, no Estado do Rio Grande do Sul. Seu contexto é de uma metrópole regional, com dinâmicas urbanas tensionadas, dado que a ocupação e o uso do solo ocorrem em espaços bastante disputados. Trata-se de um contexto em contradição, de um espaço propício à coesão, mas desigualmente ofertado para seus habitantes. Enquanto para alguns a cidade se oferta com facilidade para outros ela tende a escapar-lhes.

Evidentemente o universo social é mais complexo e bem mais diverso que tais extremos. Porém, propomos concebê-los como balizadores de um importante contexto desse espaço social. Consideramos, neste sentido, dois processos de segregação: a auto-segregação dos condomínios fechados e a ocupação de áreas irregulares. A pesquisa que embasa esta análise apóia-se no arcabouço analítico da Geografia Social (DI MÉO & BULEÓN, 2007) e busca caracterizar as territorialidades de ambos os processos e investigar o cotidiano engendrado por elas.

Os problemas levantados neste estudo referem-se a dinâmicas um tanto autônomas de reprodução econômica, mas também a ações que visam à constitucionalidade de um espaço urbano ordenado, sem, contudo, se garantir a solução dos problemas que lhe acompanham. A segregação, todavia, pode se constituir de várias modalidades, pois envolve ações voluntárias ou involuntárias, condicionadas por agentes de produção do espaço urbano ou por oportunidades de consumo, etc.

O chamado condomínio fechado refere-se à auto-segregação característica do enclave excludente. Produz a tendência de negação do espaço público, caracterizada pela introdução da fratura no espaço social, ao mesmo tempo em que se delineia a tendência para uma *transterritorialidade*. Apesar de ser uma forma de morar que surge associada ao consumo das elites, difunde-se como uma tendência de uso do solo urbano, à medida que se reforça como modo de reprodução do capital imobiliário.

A ocupação irregular é geralmente relacionada à segregação forçada, em virtude da carência de espaço para as populações de baixa renda. Possui o sentido de ocupação feita à revelia dos processos de produção regulamentares do espaço urbano e, por isso, restringido em relação às forças hegemônicas. São espaços de confinamento, em geral

impregnados de precariedade dos serviços e benefícios da cidade e, ao contrário do que isso expressa, são produzidos pelo movimento de busca da cidade e seus atributos por meio da sua ocupação.

Para Peter Marcuse (2004), a cultura, o papel funcional e econômico e a posição na hierarquia de poder são os fatores causadores da segregação e da aglomeração. Podem agir isoladamente, sobrepor-se e contradizer-se mutuamente. Muito embora considere que o papel do espaço não é constante (p. 27), compreende-o como “socialmente construído; [e] se altera com as alterações nas constelações sociais: cultural, funcional, de status e poder”. Assim, podemos dizer que as relações estão impregnadas desse se fazer espaço, não se tratando somente de uma materialidade física.

2. Os condomínios fechados

Os condomínios fechados podem ser caracterizados por empreendimentos imobiliários que visam preencher uma necessidade do consumo associado ao estilo de morar em espaço segregado em relação à cidade. O aspecto mais conhecido da segregação que produz é o de enclave, muitas vezes também, acrescido da qualidade de ser fortificado. Como são em geral agregados de recursos técnicos, paisagísticos e urbanísticos em seu interior, em franca distinção com o que há em seu entorno, podemos dizer que produzem uma espécie de *fratura socioespacial*. Com este pressuposto, investigamos essa condição da segregação produzida pelo condomínio fechado², buscando verificar como ocorre a fratura que produz em relação ao cotidiano da cidade, em relação às práticas do dia-a-dia e seu entrelace com o espaço, a paisagem e as territorialidades. Para tanto, consideramos a relação com o comércio, o lazer, a segurança, as moradias no entorno e as relações de vizinhança.

Os estabelecimentos comerciais fornecem uma boa percepção sobre o espaço social do local. A sua existência ou não é um bom indicador sobre a sociabilidade no espaço local. Bairros com grande número de comércios pequenos são, geralmente, mais populares ou de classe de renda média-baixa. Em localidade de alto poder aquisitivo, o

² A pesquisa de campo considerou uma amostra de 18 condomínios representativos de quatro categorias de consumo, identificadas pelo valor de seus imóveis, no ano de 2008, quando se deu o levantamento. As categorias são Renda alta, com valores acima de R\$ 590.000,00; Renda média-alta, com valores entre R\$ 189.000,00 e R\$ 470.000,00; Renda média, com valores entre R\$ 85.000,00 a R\$ 180.000,00; e renda média-baixa, com valores entre R\$49.000,00 e R\$ 79.000,00.

comércio, assim como a moradia, se transforma. O espaço se fecha, os acessos se tornam restritos, terrenos e imóveis são maiores e o custo dos serviços e mercadorias são de custo elevado.

De acordo com o conceito de Tereza Caldeira (2000), os novos estabelecimentos comerciais são, assim como os condomínios horizontais, enclaves fortificados: os *shoppings centers*. Estes *shoppings*, inclusive, conflitam com os pequenos comerciantes, incapazes de concorrer com os grandes empreendimentos, que possuem maior poder de atração e de modificação da paisagem e da função urbana. Ao se estabelecer em determinado bairro, o preço do solo se eleva, atraindo os segmentos de maior renda, podendo-se expulsar o segmento que não possa arcar com o novo padrão de consumo. Deste modo, o hábito do bairro também muda, pois, se antes existiam pequenos comércios para a população de classe média-baixa do bairro, a partir de então esses pequenos estabelecimentos tendem a fechar, em função da perda de seus consumidores.

Em relação aos condomínios analisados, pode-se notar a ausência do pequeno comércio nos bairros de classe alta e média-alta, excetuando-se nas áreas mais periféricas da cidade. Todavia, neste caso, estas pequenas lojas estão vinculadas às moradias populares também existentes próximas ao condomínio. De modo geral, para as populações dos condomínios e do entorno dos bairros nobres, o consumo é vinculado às grandes avenidas e aos grandes *shoppings centers*, o que altera o espaço também no sentido de concentrar a função de comércio em apenas um local e fortalecer ainda mais as grandes empresas, capazes de arcar com os aluguéis mais elevados.

Nos bairros das outras categorias da estratificação social, notamos a maior presença de estabelecimentos comerciais de pequeno porte, mais vinculados às áreas populares destes bairros. Como são bairros de classe social intermediária, ainda há uma grande parcela da população que não busca ou não tem condições de se isolar do resto da cidade.

Considerando-se as áreas de lazer observou-se que a grande maioria dos bairros, independente do extrato social, está pouco provida de áreas para o lazer. Em apenas poucos bairros havia praças arborizadas e, em número ainda menor, praças com locais e equipamentos para atividades desportivas. Pode-se considerar, nesse aspecto, que há forte motivação para os empreendimentos que provém seu interior de ambientes e equipamentos de lazer, fortalecendo-se o convívio interior em relação ao seu entorno.

O traço mais marcante da separação entre a cidade e o condomínio fechado é a privatização da segurança. Muros, cercas, cercas elétricas são marcas no espaço de todo o processo de violência e insegurança da cidade contemporânea. Em todos os casos analisados há o cercamento e, em vários, a eletrificação. Quanto maior o poder aquisitivo dos moradores dos bairros, maiores são os itens de segurança que as residências do entorno do condomínio possuíam. Há também muitas guaritas no espaço público. Nos bairros em que a renda média dos habitantes está em torno de 30 salários mínimos, havia guaritas de segurança em praticamente todas as ruas do bairro, havendo, às vezes, duas na mesma rua.

O aspecto material da via pública, a conservação, são reveladores da associação entre má conservação ou precariedade o crescimento do espaço privado. Nossa hipótese de fratura socioespacial cresce justamente quando esta relação público-privado se fragiliza, enquanto se sobrepõe o valor e a importância do indivíduo ao valor e a importância do cidadão (SERPA, 2007).

Mesmo que se encontrem vias públicas com boa conservação, não são poucas as que se encontram em condições mais precárias. Junto aos condomínios voltados para a classe de renda média-baixa, nota-se a maior ocorrência da precariedade e da má conservação dos passeios e vias públicas. Nas situações em que isto não se manifestou era porque o condomínio se localizava em bairro de classe com renda mais elevada ou se tratava de bairro novo e planejado. Nos condomínios de classes de renda mais elevada, os espaços públicos mal-conservados estavam vinculados a bairros com a predominância de classes de renda média-baixa.

Quadro I – Condomínios fechados, classes de renda e fratura socioespacial na cidade de Porto Alegre (universo amostral, ano 2008)

Empreendimento	Bairro e Aspecto sócio-ocupacional*	Classe de renda	Fratura
Jardim Provence	Boa Vista – Superior	Alta	Grande contraste em paisagem
Jardim do Sol	Cavahada – Médio	Alta	Isolamento
Terra Ville	Belém Novo – Médio	Média-	Grande contraste com zona rural
Pontevedra	Chácara das Pedras –	Média-	Pequeno contraste
The Supreme	J. Itú-Sabará – Médio	Média-	Descontinuidade do tecido
Condado Di Roana	Tristeza - Superior	Média-	Não – integração à paisagem
Villa De León	Assunção - Superior	Média-	Semelhança arquitetônica, mas
Moradas da Colina	Agronomia – Popular	Média	Fortificação
Residencial Vicenza	Camaquã – Médio	Média	Integração à paisagem urbana
Green Reserve	Glória - Médio	Média	Contraste socioeconômico com o
Jardim dos Girassóis	Jardim Leopoldina -	Média	Semelhança arquitetônica, mas
Residencial Ravenna	Nonoai - Médio	Média	Sem fortificação, mas diferença
Villa Santa Thereza	Cristal - Médio	Média	Isolamento e fortificação em
Moradas do Lago	Vila Nova - Popular	Média-	Fechamento em zona rural de
Vivendas Del Sol	Hípica – Popular	Média-	Fechamento em zona rural de
Reserva Dolce Vita	Humaitá – Médio	Média-	Semelhança arquitetônica e de
Condomínio Capitão	Pedra Redonda –	Média-	Contraste socioeconômico com o
San Marino	Alto Petrópolis -	Média-	Semelhança arquitetônica, mas

Fonte: levantamento de campo, 2008.

* Cf. Mammarella (2008) consideraram-se os critérios (a) distribuição da população, (b) continuidade e contiguidade geográfica, (c) unidades urbanísticas e (d) correspondência entre áreas e seus limites para agregação dos dados.

Predominantemente as habitações vizinhas aos condomínios analisados são de classe de renda média e média-baixa, denotando-se com evidência os contrastes socioeconômicos e algum tipo de fratura (Quadro I). Sendo o condomínio um agente de renovação ou implantação do urbano, soma-se o atributo da distinção ao isolamento. Nos casos em que o condomínio não se opõe em estilo à paisagem do bairro, sempre se destaca por ser um coletivo de habitações. É nos condomínios de que se revela mais evidente a fratura. A fortificação é mais acentuada, quase sempre por muros bastante altos e notável sistema de vigilância. Além disso, o estilo arquitetônico revela

ostentação e costuma destoar da paisagem do entorno. Caracterizam-se como “quase bairros”, cercados de aparatos técnicos, como muros, eletrificação, câmeras, paisagens interiores que produzem uma mitificação do urbano (DACANAL, 2004). Muito embora tenhamos identificado fratura socioespacial por toda a cidade, pode-se dizer que ela é notável como contraste e separação juntos aos condomínios de renda alta em bairros de renda média e baixa, embora predomine a sua ocorrência em bairros de renda alta.

Conforme se pode perceber, os condomínios horizontais fechados não são mais uma forma de morar exclusiva das elites, considerando-se que 60% dos casos analisados são pertencentes às classes de renda média e média-baixa. Assim, entendemos que isto tem a contribuição da expansão do mercado imobiliário que para os demais segmentos de consumo. Outro aspecto observado é que o subúrbio vai deixando de estar associado predominantemente ao sentido de periferia socioeconômica. As áreas menos habitadas, com extensas áreas verdes e cursos d’água, afastadas da poluição e movimento comuns às metrópoles, transformaram-se em atrativos atributos para a incorporação de produtos imobiliários.

Contudo, pode-se afirmar que a segregação não é uma novidade deste tempo. O que é novo, porém, são dois aspectos: uma tendência a generalização do aspecto fraturado do espaço social para além da separação entre classes sociais e a possibilidade técnica de se estar noutros espaços, embora o lugar físico seja o mesmo.

3. A ocupação irregular

Por ser uma área segregada da cidade, a ocupação irregular precisa ser compreendida como um *território*, pois mesmo que a sua produção deva ser concebida num contexto ligado à produção do espaço urbano, trata-se também de um tipo de relação mais universal com o espaço, da ação de tomá-lo em posse e utilizar isto como uma estratégia de conquista. E, do lado da cidade, ações como contenção, remoção, regularização fundiária também devem ser consideradas como prática territorial, à medida que se produzem espaços controlados, extinguidos, transformados ou incorporados no espaço social da cidade.

Mesclam-se ao processo de constituição do urbano, embora não sejam áreas urbanizadas, pois geralmente se fazem a partir de seus vazios. Tais vazios são em maior

parte terrenos de instituições públicas municipais, estaduais ou federais³, alguns em situação de litígio e poucos de propriedade particular. O que possuem em comum é o fato de lhes faltarem os equipamentos urbanos ou benfeitorias. Em geral, antes da ocupação não eram portadoras elas mesmas de meios de consumo coletivo.

A constituição destas áreas⁴ tem a mesma dinâmica da constituição das periferias, em função da carência ou da precariedade dos atributos do espaço urbano. Em Porto Alegre, considerando-se os dados do Censo Demográfico de 2000, cerca de 8,44% dos domicílios localizavam-se em terrenos desprovidos de serviço e equipamentos urbanos (CASTELLO, 2009). Parece ser uma característica bastante peculiar deste processo misturar as feições da constituição do espaço produzido às histórias particulares de luta por uma moradia. Trata-se de uma necessidade dupla: de inserção na cidade e de condução da vida. Para Nola Gamalho (2010, p. 132):

Se para a parcela da população que participa do consumo da cidade enquanto mercadoria a habitação adquire *status* de desejo, vinculado a amenidades, como localização, incidência solar e equipamentos como elevador, piscina, entre outros, para o segmento desprovido da condição de consumidor o desejo é fundido à necessidade, e o ato de habitar está para além do consumo, é o progresso social.

Tendo sido conquistada a permanência nestes locais, aos poucos as comunidades logram conquista de melhorias. O abastecimento de água, muitas vezes, uma torneira para uma vila inteira e nos casos mais antigos, diretamente nas moradias, é o serviço mais solicitado e conquistado. A energia elétrica de maneira geral é capturada diretamente da rede, sem registro. Calçamento e esgotamento sanitário em geral também são serviços indisponíveis. Porém, a escola para os filhos, o transporte público e a conquista das alternativas de trabalho que a localização proporciona vão se somando ao histórico de conquistas e assim vai se fazendo o diálogo das comunidades ocupantes

³ Cf. MORAES, 1999 e 2000.

⁴ Os relatos apresentados se referem a três ocupações irregulares. A Vila Icarai II, situada na porção sul da cidade, junto ao Arroio Cavalhada, atualmente em remoção por indenização e reassentamento. A Vila Chocolateiro, localizada junto a área central da cidade já possui projeto de remoção para a periferia da cidade. A Vila Areia, localizada ao Norte é objeto de reurbanização.

com a cidade. Isso produz o seguinte sentido: as áreas ainda não incorporadas plenamente à cidade vão ganhando essa condição em virtude de uma prática territorial. É o fato que enlaça e articula. E, como numa relação dialética, ao mesmo tempo em que se insere é segregada.

Trata-se de um dos mais importantes atributos da relação de natureza territorial, que produz uma marca com a qualidade de espaço singularizado, que faz relação com o contexto por intermédio do seu conjunto particular. Não é a comunidade em si, apenas, é um pedaço da cidade. E, como se trata disto, o território contém, além do fato em si, o sentimento de fazer parte, de pertencer e sentir-se vinculado. Porém, levando-se em conta que a constituição dessas ocupações possua um sentido comum, não significa que seus ocupantes expressem uma única compreensão sobre os problemas que lhes afligem. Em muitos sentidos elas podem ser vistas como uma comunidade – de vizinhança, territorial –, mas constituem um corpo social complexo que certamente expõe divergências.

Apresentam-se com aspecto unificado por causa de sua expressão territorial, já que esta é a condição que identifica a que se pertence. Como observam Guy Di Méo e Pascal Buleón (*op. cit.*, p. 118) “o ideal é uma condição necessária para a formação das realidades materiais e da reprodução das relações que engendram” e quando vinculadas ao território, as representações consubstanciam materialidade e imaterialidade.

Territórios são vistos e percebidos por seus conteúdos simbólicos (RAFFESTIN, 1988), por aquilo que significam nas duas direções, de quem participa dele e de quem está fora, seja por meio de mapas, memórias, ideias, discursos, etc. Nas áreas ocupadas a ligação de uns com todos, a coesão em torno da territorialidade, parece ocorrer pela associação dos elementos em junção, extraídos do compartilhamento do espaço-tempo. Viver numa mesma geografia e vivenciar seus fatos contribui para a elaboração de referentes da vida, para a identidade do grupo. Por mais que haja qualquer diferença de opinião, rusga ou desconforto entre vizinhos, a referência que contribui para a visão de cada um no contexto origina-se na mesma realidade socioterritorial. Compartilham uma reivindicação bastante comum: ter o direito de se manterem no lugar, de estar na cidade. Quando indagados sobre o lugar, reportam-se mais ou mesmo destas maneiras: “aquilo ali não era de ninguém” (morador da Vila Chocolatão), ou “era lugar abandonado, a gente é que deu o jeito nisso” (moradora da Vila Icarai II). Também é comum a

percepção de que os poderes públicos possuem uma dívida com eles, um compromisso com o problema que vivenciam, de lhes faltarem serviços e equipamentos urbanos.

A chegada ao lugar é quase sempre iniciada por poucas famílias e, com certa rapidez, soma-se com os que aguardavam um pouco de certeza, conhecidos e parentes. Mas o espaço não se completa imediatamente, já que cresce a ocupação por subdivisão dos primeiros lotes.

A ocupação, o lugar “garantido”, dá a quem tem posse certo direito que pode ser repassado por pequenas quantias, estabelecidas com o parâmetro da necessidade de quem se muda. É claro que quando passa mais tempo e a localização é favorecida por algum incremento da cidade, pode-se auferir uma renda. Esta dinâmica se entrelaça com a original, perfazendo certo conflito de estratégias: a de ganhar a cidade e a de servir-se do recurso da ocupação como estratégia de reprodução social.

Sobre esse processo Nabil Bonduki e Raquel Rolnik (1979) entendem que tal expediente contribui para a manutenção da baixa remuneração dos trabalhadores. No contexto aqui analisado parte significativa da situação é engendrada por trabalhadores do circuito inferior da economia, não assalariados. Desse modo, mais do que a contribuição para a economia do custo da produção capitalista, usufruir da renda auferida por sua habitação (benfeitoria e localização) permite recorrer a ela para manter sua reprodução social.

Trata-se também de uma estratégia a que recorrem moradores de reassentamento ou áreas reurbanizadas, quando repassam para outros a moradia conquistada e retornam para a dinâmica de ocupação-autoconstrução-reivindicação, como ocorre na Vila Areia⁵. Nestes casos a memória coletiva é fragmentária, dada a rapidez com que uns saem enquanto outros chegam. Assim, as mudanças não envolvem apenas a paisagem, mas também os compartilhamentos e, evidentemente os sentidos das experiências.

A coesão destas comunidades, por serem pequenas, nos leva a pensar que se mantenha forte, resultante de uma vida preenchida de significados comuns. Porém, é atravessada por diferenças pertinentes às sociedades complexas, considerando-se a

⁵ O Programa Integrado Entrada da Cidade, conforme divulgado pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre, visa ao desenvolvimento urbano, socioeconômico e ambiental da região e conta com investimento de R\$ 140 milhões. As ações, voltadas para a construção de habitações no próprio local de ocupação, implantação de sistema viário e saneamento, atendendo 3.775 famílias com 3.061 são novas casas e 714 lotes urbanizados. O programa conta com financiamento externo e recursos municipais. Já foram entregues 1629 Unidades Habitacionais. Restam aproximadamente seis vilas a sofrerem intervenção, que estão em análise pelo PIEC.

multiplicidade de experiências, como as opções religiosas, os lugares de origem e as alternativas de condução da vida que variam não apenas pelo encontro da oportunidade de trabalho, mas também pela sujeição às formas menos lícitas de obtenção de rendimento. Desta forma, tanto o sentido da aproximação como de certo afastamento está presente nas dinâmicas de formação desses pequenos territórios. Por isso, o conjunto social destas ocupações deve ser refletido como comunidades detentoras de reservatórios de sentidos, que não seriam únicos, mas plurais. O sentido como compreende Peter Berger e Thomas Luckmann (2004, p. 15-16), é

(...) uma forma complexa de consciência [que] não existe em si, mas sempre possui um objeto de referência. Sentido é a consciência de que existe uma relação entre experiências. O inverso também é válido: o sentido de experiências – e (...) ações – será construído em primeiro lugar por especiais realizações “relacionais” da consciência. A experiência atual em dado momento pode ser relacionada com uma experiência já acontecida há pouco ou num passado remoto. Geralmente a experiência atual não é relacionada com uma única outra experiência, mas com um tipo de experiência, um esquema de experiência, uma máxima comportamental, uma legitimação moral, etc., derivados de muitas experiências e armazenados no conhecimento subjetivo ou tomados do acervo social do conhecimento.

Com tal compreensão, podemos associar os sentidos das experiências com a geografia do lugar ocupado e seu contexto na cidade; o cotidiano, que envolve subemprego, estratégias de subsistência e a convivência contraditória entre a precariedade e a presença da urbanidade; e o próprio agir, que envolve principalmente a itinerância e a ocupação. Por isso, o que aproxima não é viver a mesma coisa, mas compartilhar uma espécie de confluência, como um repositório. Mesmo que o que se viva não diga respeito a todos, o que todos vivem está impregnado de fatos localizados.

Na Vila Icaraf II a ocupação se deu há cerca de 16 anos, iniciada por poucas famílias que viram no espaço sobrando, uma possibilidade de moradia, permanecendo na mesma região da cidade, sem a despesa dos aluguéis. A ação foi seguida da chegada de um conhecido ou parente no espaço que foi aberto e também pela compra da casa de alguém que se mudou. São três situações, mas todas remetem à condição de ocupantes, reivindicadores de equipamentos e serviços, precariedade e carência. O lugar possui uma grande densidade de moradias (são 108 domicílios que ainda permanecem), mas

nem todos se conhecem e compartilham da mesma compreensão sobre como o lugar se formou. A atividade das pessoas é bastante variável e nota-se um aspecto geral de melhor situação social, como a presença não desprezível do emprego formal e algumas moradias bem equipadas com bens de consumo durável, em relação a outros espaços de maior vulnerabilidade social da cidade.

A Vila Chocolatão é uma ocupação em área central da cidade, vizinha a instituições públicas, como Tribunal Regional Federal, Receita Federal, Instituto de Colonização e Reforma Agrária, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, entre outras. As primeiras ocupações se fizeram há cerca de 25 anos, por pessoas vindas de diferentes locais da cidade. Os moradores, que atualmente perfazem 181 famílias, são majoritariamente recicladores de materiais, popularmente conhecidos por catadores. A distribuição dos barracos no lugar possui um arranjo que permite o encontro, a maneira de uma esplanada, possui também um clube de mães, local onde ocorrem atividades sociais, recepção de doações e reuniões com as muitas instituições de assistência social ou organizações de ali procuram desenvolver algum apoio ou projeto⁶. Porém tudo é muito precário. O que há de infra-estrutura melhor é um conjunto de quatro banheiros e tanques com torneira, mas está há muito tempo com os dutos estourados, fazendo espalhar o esgotamento por baixo dos barracos. As ligações de energia elétrica, os chamados “gatos”, realizadas pelos próprios moradores já ocasionaram diversos incêndios. Mesmo com a mudança dos moradores, permanece um grupo antigo que mantém a memória do lugar. Sabe-se, também, que é local em que ocorre criminalidade, associada ao tráfico de drogas.

As três vilas, Areia, Chocolatão e Icarai II, possuem um duplo aspecto buscado por suas comunidades: centralidade e urbanidade. Estão localizadas em regiões da cidade com acessibilidade a serviços, escolas, fonte de geração de renda. Guardam na sua localização, atributos da cidade. Todas elas estão em processo de regularização, remoção ou reassentamento. A Vila Areia é objeto de reurbanização. A Vila Chocolatão, remoção para um bairro periférico, muito distante da área central que ocupa

⁶ Dentre inúmeras entidades que atuam na vila destacamos as seguintes: Gajup - Grupo de Assessoria Justiça Popular, Caru - Coletivo de Apoio a Reforma Urbana, ambos da Universidade Federal do Rio grande do Sul; projeto Pim Pim Piá - Primeira Infância Melhor, da Prefeitura Municipal de Porto Alegre; CAMP – ONG a serviço da empresa VONPAR; diversas igrejas e grupos religiosos; CONTERRA - grupo contratado pela empreiteira de obras para executar o Projeto de Trabalho Técnico Social de reassentamento; Grupo de Apoio Social do Posto de Saúde Santa Marta; e a Rede para Sustentabilidade da Vila Chocolatão - rede municipal - participam todas as secretarias da Prefeitura, algumas empresas como a Vonpar, representante da UNESCO e do Tribunal Regional Federal.

atualmente. A Vila Icaraí II está sendo removida e parte de seus ocupantes reassentados em diversas regiões da cidade em projetos de habitação popular, enquanto outros são indenizados, como o compromisso de adquirirem outro imóvel e não retornarem⁷. Desse modo, um componente da experiência é também localização.

Completa-se com isso, o significado territorial: trata-se de um fato em si, a materialidade, é produzido por atores, é resultado de um agir e se faz como tal por ter sido compreendido, em ação e materialidade, e ter uma representação. Possui enlances com o poder, em que seu princípio básico, como compreendido por Robert Sack (1986), é constituir-se em estratégia, alçada especialmente quando as outras formas que estruturam a ordem social não surtem efeito, como o diálogo, a política e o consenso, por exemplo. Temos visto aqui, que muito mais que uma restrição de acesso, os territórios produzidos são estratégia para ganhar a cidade e também garantir uma forma de reprodução social. A compreensão de que se trata de uma relação e não um fato consolidado é mais bem visualizada quando o diferenciamos do próprio espaço, como o faz Jöel Bonnemaïson (2002, p. 126):

O território é, primeiramente, uma determinada maneira de viver com os outros; em inúmeros casos seus limites geográficos são os das relações cotidianas. O espaço começa além daí. Ele é o desconhecido, o jogo, a liberdade, mas também o perigo. Assim, cada grupo existe criando um equilíbrio – sempre instável – entre o território e o espaço, entre a segurança e o risco, entre o fixo e o móvel, entre o olhar para si – etnocêntrico – e o olhar para os outros.

Por isso podemos pensar que os sujeitos deste processo são atores que se envolvem numa luta pelo espaço da cidade e, não sendo uma comunidade de vida⁸, um grupo articulado, se vêem diferenciados por meio da geografia que produzem. É por ela que possuem uma identidade. Por ela é possível elaborar uma fala sobre si em relação aos outros.

3. Considerações finais

⁷ O programa prevê a remoção das famílias para conjuntos habitacionais em diferentes pontos da cidade e, para as que optam pela indenização de R\$ 40.000,00, por medida contratual, obrigam-se a aquisição de outro imóvel. Os recursos de indenização são originários de medidas mitigatórias da implantação do Centro de compras Barra Shopping Sul.

⁸ Ver Berger e Luckman, *op. cit.*

As observações que pudemos trazer são muito coerentes com um importante argumento exposto por Henri Lefebvre (2008), de que a cidade se mantém realmente em estado de virtualidade, ao contrário de se constituir no espaço da aproximação entre os diferentes grupos, etnias, atividades, funções, etc. Tudo fica projetado em separado, mesmo que estejam presentes tudo o que é necessário para projetar “a sociedade urbana”, ele diz: o mundo.

Porém, tudo o que há é espaço, possui as conotações do social e condições objetivas e simbólicas do urbano. Em Porto Alegre, assim como tem sido uma tendência geral de muitas cidades, esse espaço social compreende situações de extrema desigualdade. Espaços “nobres”, bairros de classes endinheiradas, médias e populares, etc., de policentrismos, de fraturas socioespaciais e de periferias. Cada grupo ocupante desse espaço estaria “acantonado numa posição ou numa classe precisa de posições vizinhas, quer dizer, numa região determinada do espaço” (BOURDIEU, 1989, p. 134). Na análise aqui apresentada, se revelam duas faces antagônicas desse espaço social. Uma, é a tendência ao fechamento de posições ocupadas, de certa forma tensionada, já que se revelou contraditória, ora apresentando uma evidente separação, uma autêntica fratura socioespacial, ora uma imitação reproduzida pela propensão de difusão desse modo de viver em outras posições do espaço social. A outra face, utiliza a estratégia territorial como um recurso duplo, de inserção na cidade e de reprodução social. Esta também não deixa de soar contradição, posto que a reprodução, muitas vezes tende a negar o acesso e recolocar seus atores novamente no limite da cidade lhes escapar.

Bibliografia citada:

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **Modernidade, pluralismo e crise de sentido**. Petrópolis: Editora Vozes, 2004 [1995].

BONNEMAISON, J. “Viagem em torno do território”. In: CORREA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.) **Geografia Cultural: Um século (3)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.

BONDUKI, N.; ROLNIK, R. “Periferia da Grande São Paulo. Reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho”. In: MARICATO, E. (Org.) **A produção da casa (e da cidade) no Brasil Industrial**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1979, p. 117-154.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. **Cidade de muros, crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo, SP. EDUSP, 2000.

CASTELLO, I. R. “Características e condições de moradias dos habitantes metropolitanos”. In: MAMMARELLA, R. (Org.) **Como anda Porto Alegre**. Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrópoles, 2009, p. 91-128.

CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. **Cidade de muros, crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo, SP. EDUSP, 2000.

DACANAL, C. **ACESSO RESTRITO**: Reflexões sobre a Qualidade Ambiental percebida por habitantes de condomínios horizontais. Rio Claro: IGCE/UNESP, 2004. (dissertação de mestrado).

DI MÉO, G.; BULÉON, P. **L’espace social**. Lecture géographique des sociétés. Paris: Armand Colin, 2007.

GAMALHO, N. P. “Malocas e periferia: a produção do Bairro Restinga”. In: **Ateliê Geográfico**. Goiânia, V. 4, nº 10, abr. 2010, p. 122-141.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2008 [1968].

MAMMARELLA, Rosetta (Coord.). **Atualização e expansão da análise da organização social dos territórios das metrópoles e a identificação das tendências de transformação de longo prazo – 1980/2000**; Região Metropolitana de Porto Alegre. Porto Alegre: FEE, 2008. (Relatório de Pesquisa do Projeto Observatório das Metrópoles: território, coesão social e governança democrática)

MARCUSE, P. “Enclaves, sim; guetos, não: a segregação e o Estado”. In: **Espaço & Debates**. São Paulo: NERU, V. 24, n. 45, jan/jun. 2004.

MORAES, A. O. de. **Da irregularidade fundiária**. Porto Alegre, Demhab, 1999.

———. **Mapa da irregularidade fundiária**. Porto Alegre, Demhab, 2000.

RAFFESTIN, C. “Repères pour une théorie de la territorialité humaine”. In: DUPUY, G. et al. **Reseaux territoriaux**. Caen: Paradigme, 1988.

SACK, Robert D. **Human territoriality**. Its theory and history. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SERPA, A. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007.